

# “Depois a louca sou eu”: estratégias biopolíticas e produção de subjetividade em discursos sobre relacionamento abusivo

*“And you say I am the crazy one”: biopolitical strategies and production of subjectivity in abusive relationship discourses*

Francisco Vieira da SILVA  
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

<http://orcid.org/0000-0003-4922-8826>

**RESUMO:** O artigo discute as condições de possibilidade que fazem irromper discursos acerca do relacionamento abusivo na contemporaneidade, através do exame do funcionamento de estratégias biopolítica na produção de tais discursos e de como o sujeito que enuncia acerca do relacionamento abusivo se constitui numa relação consigo mesmo e com o outro. O referencial teórico reside nas investigações de Foucault acerca do discurso, enunciado, sujeito, poder, saber e biopolítica. Trata-se de um estudo de cunho descritivo-interpretativo, prioritariamente qualitativo. As condições de possibilidade responsáveis pela emergência de discursos sobre o relacionamento abusivo relacionam-se às inflexões do movimento feminista na articulação com a cultura terapêutica materializada nas mídias digitais. Assim, as mulheres, ao enunciarem sobre as relações abusivas, efetuam um trabalho sobre si e sobre o outro, de modo a fazer funcionar as estratégias biopolíticas em torno da saúde e do bem-estar da mulher no âmbito dos relacionamentos amorosos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Relacionamento Abusivo. Biopolítica.

**ABSTRACT:** This paper discusses conditions of possibilities which burst out discourses about abusive relationships nowadays, through the behaviour of biopolitical strategies in these speeches and how the subject who enunciates about the abusive relations constitutes a connection with herself and the other. The theoretical reference inhabits Foucault's investigations concerning the speech, statement, subject, power, knowledge and biopolitics. This is a descriptive-interpretative, but mainly qualitative study. The condition of possibilities responsible for the emergence of discursive about abusive relationships are related to inflexions over the feminist movement in articulation with the therapeutic culture materialized on digital medias. Hence, women, while enunciating on abusive relationship topics, perform a work about themselves and the other, in order to make the biopolitical strategies work around health and welfare of the woman within romantic relations.

**KEYWORDS:** Discourse. Abusive Relationship. Biopolitics.

## Introdução

“Depois a louca sou eu” é o título de uma crônica presente numa obra homônima publicada por Tati Bernardi, em 2016. No texto, a personagem relata como era taxada de louca por ex-namorados que tinham manias esquisitas e comportamentos e

Recebido em 19/07/2020  
Aceito em 15/10/2020

atitudes intempestivas. O enunciado que nomeia a crônica refere-se a como muitas mulheres são qualificadas por seus companheiros em virtude da reação a práticas agressivas e violentas, sejam físicas ou psicológicas, sutis ou explícitas. No âmbito de uma memória, temos a produção discursiva em torno da mulher como um ser essencialmente passional, emocionalmente instável e, portanto, louca e histérica. No limite, tais mulheres seriam exageradas e não saberiam lidar com as diversas intempéries que perpassam os relacionamentos amorosos. Trata-se ainda de uma estratégia que, de algum modo, minimiza as constantes ofensas, desgastes e constrangimentos a que muitas mulheres estão submetidas na medida em que as responsabiliza pelas atitudes dos seus parceiros, tendo seus discursos descredibilizados, pois se situam no âmbito do delírio e da desrazão.

Todavia, as diversas estatísticas mostram-nos que a violência doméstica sofrida pelas mulheres brasileiras é um quadro real e preocupante. Dados do Ministério da Saúde dão conta de que, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida por um homem no Brasil. Só em 2018, o país registrou cerca de 145 mil notificações de violência contra a mulher<sup>1</sup>. Se considerarmos as subnotificações, poderemos aventar que esse número é expressivamente maior, porquanto muitas vítimas silenciam durante anos os abusos, em função de uma série de razões as quais envolvem a dependência financeira, a existência de filhos, o temor de represálias e as mais diferentes demandas socioculturais e religiosas responsáveis pelas configurações dos relacionamentos amorosos. Além disso, um levantamento realizado pelo Senado Federal, a partir da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, apontou que as agressões cometidas por ex-companheiros subiram de 13%, em 2011, para 37%, em 2019. O estudo ainda apontou que, em 41% dos casos, a violência ocorreu quando as mulheres ainda mantinham relacionamento com seus companheiros (BRASIL, 2019). Desconsiderando os casos de assassinato, tipificados a partir da Lei do Feminicídio (13.104/15), paroxismo das agressões, podemos observar como se arregimentam práticas cotidianas odiosas contra a mulher, a despeito da existência de diversos instrumentos legais e normativos que visam a combater esse problema. Para ilustrar, no momento de escrita deste texto, o mundo inteiro vivencia uma pandemia relacionada à Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). No caso do Brasil, o poder público tem atentado para o aumento da violência doméstica em função das

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/violencia-contra-a-mulher-no-brasil-registra-um-caso-de-agressao-a-cada-4-minutos/>. Disponível em: 07 abr. 2020.

medidas de isolamento social. Isso quer dizer que, mesmo em momentos tão atípicos e desafiadores, as agressões contra a mulher persistem e, em certa medida, escancaram uma problemática quase que naturalizada<sup>2</sup>.

No combate a essa problemática, podemos mencionar algumas convenções como a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) a Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz (1985), a Conferência Interoamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, a Quarta Conferência Nacional sobre as Mulheres (1995), as quais foram desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse mecanismo também foi responsável pela criação, em 2010, da ONU Mulheres, entidade que se propõe a trabalhar na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres. No âmbito da ONU Mulheres, um dos focos reside na garantia de direitos humanos para as mulheres, o que implica a realização de uma série de ações de combate à violência contra a mulher. Já no esteio das leis, podemos citar a Lei Maria da Penha (11.940/2006), a qual cria garantias voltados à coibição da violência doméstica e familiar e a já citada Lei do Femicídio (13.104/2015), que estabelece o crime contra a mulher como hediondo. Acrescentamos ainda as variadas intervenções das esferas federais, estaduais e municipais e de organizações não-governamentais na promoção dos direitos da mulher e na prevenção da violência contra a mulher.

De forma sintética, é possível dizer que há um interesse por parte das diversas instâncias sociais acerca da temática em foco e que existe um grau de racionalização sobre essa questão. Porém, ainda figura uma determinada redução da concepção de violência que a atrela apenas a imagem clássica da mulher sendo espancada pelo marido (SANTOS, 2018). Ainda que os mecanismos legais estabeleçam a amplitude do espectro da violência para além da agressão física, podendo ser psicológica e sexual, sedimentaram-se discursos que enquadram a violência doméstica somente sob a órbita das surras, pancadas e chicotadas. Desse espaço lacunar, por assim dizer, emerge, no esteio da mídia, a constituição do chamado relacionamento abusivo. De acordo com Santos (2018), entre os anos de 2015 e 2017, os relacionamentos abusivos tornaram-se pauta de diversas mídias, desde revistas femininas como a *Marie Claire* e *Capricho*, passando por programas televisivos como “Encontro com Fátima Bernardes” e

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://istoe.com.br/quarentena-eleva-risco-de-violencia-domestica/>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

“Fantástico”, até *sites* de entretenimento e campanha nas redes sociais digitais. Em linhas gerais, esses discursos constroem-se por meio de um viés informativo, de modo a esclarecer o que é um relacionamento abusivo, como se configura e quais sinais deixa entrever, e por meio de testemunhos de vítimas desse tipo de relacionamento, notadamente mulheres.

Embora tais discursos sinalizem que os relacionamentos abusivos possam ocorrer no interior de outras relações sociais, como pais e filhos, patrões e empregados, professores e alunos, a preponderância repousa sobre as conexões heterossexuais e as mulheres são construídas como as principais vítimas desse tipo de relação. De maneira preliminar, é necessário definir o relacionamento abusivo como uma especificidade das relações socioafetivas em que um dos membros sofre, de modo cotidiano, uma série de humilhações, de atitudes de indiferença, de interdições e de estratégias de controle, que podem ou não se materializar em uma agressão física. Tais práticas, por outro lado, podem ser eufêmicas, corporificadas em atitudes de excesso de proteção e de um ciúme *a priori* necessário, de dissabores intrínsecos a quaisquer relações. Dito isso, importamos, neste texto, pensar acerca das condições de possibilidade que fazem emergir esses discursos no momento de hoje e não em outra temporalidade. Além disso, objetivamos analisar como o sujeito que enuncia acerca do relacionamento abusivo se constitui numa relação consigo com o outro e como é possível problematizar o funcionamento de relações de saber-poder, especificamente das estratégias biopolíticas, na produção de tais discursos.

Para isso, retomamos as teorizações foucaultianas, as quais se constituem em ferramentas pertinentes para emprendermos uma crítica do momento presente por meio de um olhar diagnóstico. Essa crítica, conforme Foucault (2008), faz-nos ponderar acerca do que estamos nos tornando, quais as formas de racionalidade que nos governam hoje e quais formas de ser e estar no mundo podem ser (re)criadas frente às práticas de controle contemporâneas. Dessa maneira, as reflexões do autor francês acerca do enunciado, do discurso, das práticas discursivas, do sujeito, do saber e do (bio)poder e biopolíticas serão demandadas na análise do *corpus* selecionado para o presente estudo.

A fim de examinar essas questões, este estudo, de natureza descritivo-interpretativa, predominantemente qualitativo, toma como *corpus* as seguintes materialidades discursivas: i) uma matéria publicada no *site* da revista Capricho, intitulada *Como identificar um relacionamento abusivo* (2019); ii) a cartilha #Namoro

legal, produzida através de uma campanha homônima realizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), em 2019; dois comentários publicados no perfil da revista TPM no *Instagram*, em 2020. Como critério de seleção das materialidades, elegemos os seguintes: i) deveriam estar disponíveis *online* e livre, de modo a facilitar o acesso; ii) precisariam estar corporificadas em gêneros discursivos distintos, permitindo-nos analisar as regularidades discursivas por meio de uma dispersão enunciativa; iii) necessitariam ter sido veiculadas nos últimos dois anos, de modo a sugerir que se trata de uma problemática em discussão no esteio de uma temporalidade recente.

Do ponto de vista da organização textual, o estudo estrutura-se nos seguintes moldes: além desta seção com pretensões introdutórias, há mais três tópicos. No primeiro, recortamos algumas reflexões de Foucault a respeito do discurso, enunciado, prática discursiva, formação discursiva, saber, poder, biopoder, biopolítica e subjetividade. No segundo, direcionamos um tratamento analítico às materialidades selecionadas, com base nas teorizações dispostas no tópico anterior. No terceiro e último tópico, tecemos determinadas considerações de natureza conclusiva.

## **1. Recortando ponderações na trajetória intelectual de Michel Foucault**

O filósofo francês Michel Foucault construiu um arcabouço teórico que compreende a análise de variados fenômenos, em diversos campos do saber, de maneira a desafiar os limites postos entre as disciplinas e as formas de pensamento. Nessa via, podemos pensar a obra do pensador francês em três momentos que não são estanques, mas demonstram a predominância de determinadas formas de abordagens e protocolos de estudo. De acordo com Foucault (1995), seu objetivo de pesquisa nuclear foi produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação na cultura ocidental. Para atingir esse propósito, conforme Gregolin (2007), o projeto foucaultiano envolve três fases: i) arqueológica – o autor pesquisou os diversos modos de investigação que buscam objetivar o homem a partir de saberes.; ii) genealógica – as elucubrações foucaultianas relacionam o saber às tecnologias de poder.; iii) ética e estética da existência – as análises do autor buscam focar como os sujeitos relacionam-se consigo mesmo a partir de práticas de si e da constituição do desejo. O autor recorre aos

antigos para analisar outras possibilidades de uma construção da vida como uma obra de arte.

Conforme discute Calomeni (2018, p. 216), recorreremos a diversas pesquisas de Foucault “[...] contando encontrar um estimulante ponto de partida para a tentativa de compreensão de problemas – sociais, éticos, políticos que atualmente tanto nos assustam, nos perturbam e nos inquietam”. Pensando assim, nosso foco neste texto consiste no exame das práticas e discursos a respeito do relacionamento abusivo, considerando um recorte de teorizações foucaultianas das três fases antes arroladas. Em relação à arqueologia, Foucault (2010) debruça-se sobre a formação dos saberes que objetivam o homem, distanciando-se de perspectivas antropologizantes, de conceitos como tradição, continuidade, influência, evolução e história das mentalidades, com vistas a apostar no recorte, nas descontinuidades, nas rupturas, nos sistemas de dispersão e nas fissuras que fazem emergir determinados discursos. Nessa ótica, o conceito de discurso, sob o olhar arqueológico, é concebido como um conjunto de enunciados que advém de uma mesma formação discursiva e como uma prática que constrói os objetivos de que fala. Ao tratar o discurso como uma série de enunciado, convém definir este último como o átomo do discurso, a unidade elementar de formação, “como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é parte constituinte” (FOUCAULT, 2010, p. 90).

Para delimitar o conceito de enunciado, Foucault (2010) executa um movimento de constante negação, ou seja, para definir tal categoria, inicialmente, o autor estabelece quais unidades não podem ser confundidas com o enunciado. Dessa maneira, o enunciado não se efetiva sob as condições de existência da frase, pois não se submete a uma estrutura canônica e não se pauta em caracteres gramaticais; distingue-se da proposição, na medida em que não reduz a critérios de verdade ou falsidade; diferencia-se dos atos de fala, porquanto não busca a intenção do sujeito falante nem as condições contextuais de efetivação desse ato (se foi bem-sucedido ou não). Feita essa diferenciação, Foucault (2010) propõe que o enunciado se constitui como uma função que cruza diferentes domínios e que, portanto, representa uma condição “para que se possa dizer que há ou não frase, proposição e ato de fala” (FOUCAULT, 2010, p. 97).

Sendo uma função, o enunciado, conforme Foucault (2020), assinala-se pelas seguintes propriedades: i) referencial – corresponde às leis de possibilidade, regras de existência para os vários objetos podem ser nomeados e descritos; posição de sujeito – o enunciado mantém uma relação singular com o sujeito que enuncia, mas que não se

reduz ao sujeito empírico, ao sujeito autor e/ou gramatical, senão uma posição vazia que pode ser ocupada por diferentes indivíduos; iii) domínio associado – refere-se a enunciados anteriores e outros a serem produzidos com os quais o enunciado se relaciona por meio de um campo adjacente; iv) materialidade repetível – o enunciado necessita de uma substância, um local, uma data, um regime complexo de instituições para que possa vir a lume. Consoante Foucault (2010, p. 118), “[...] o enunciado tem a particularidade de ser repetido, mas sempre em condições estritas”.

No processo de descrição da função enunciativa, o autor francês preconiza que se leve em conta alguns princípios, quais sejam: i) princípio da raridade – sendo que nem tudo pode ser dito, aquilo que emerge precisa ser tratado no esteio de sua raridade e singularidade; ii) princípio da exterioridade – considera o enunciado no âmbito de um regime de dispersão e conceber sua irrupção num lugar e tempo determinado, à revelia de um *cogito* ou uma de uma subjetividade fundadora; iii) princípio do acúmulo – orienta conceber o enunciado no âmbito das transformações ocorridas no decorrer do tempo, de maneira a atentar para os diversos mecanismos de conservação, de grupamento e de recorrência dos enunciados num campo enunciativo; iv) princípio da positividade – é a esse princípio que se chega quando se leva em conta os princípios anteriores, pois, de acordo com Foucault, tratar as performances verbais no nível do enunciado significa dar conta da positividade que o caracteriza. Esse procedimento reporta-se ao conceito de formação discursiva, tratado por Foucault (2010) como a regularidade de objetos, de escolhas temáticas, conceitos e tipos de enunciados, observadas a partir de um sistema de dispersão. Essa formação discursiva vincula-se a um conjunto de regras anônimas e históricas que fornecem as condições de exercício da função enunciativa denominadas por Foucault (2010) de prática discursiva.

A formação discursiva pode ser descrita por meio da formação das unidades, a saber: formação dos objetos, formação das modalidades enunciativas, formação dos conceitos e formação das estratégias. Para este texto, a atenção se volta para a análise da formação dos objetos e das modalidades enunciativas. No tocante aos objetos, Foucault (2010) frisa que é fundamental investigar o regime de existência por meio do qual os objetos de discurso podem emergir. Para tal empreendimento, convém seguir três procedimentos metodológicos, a saber: i) superfícies de emergência – mostrar como os objetos de discurso podem surgir, serem nomeados e descritos; ii) instâncias de delimitação – atentar para a instância que nomeia, designa e instaura um dado objeto de discurso; iii) sistemas de diferenciação – permite separar, opor, classificar e reagrupar

objetos de discurso. Ao pensarmos no relacionamento abusivo como um objeto de discurso, visamos rastrear que superfícies de emergência, instâncias de delimitação e sistemas de diferenciação constituem as condições de surgimento desse objeto nos dias de hoje.

Em relação à formação das modalidades enunciativas, Foucault (2010) aponta a necessidade de averiguar os aspectos que seguem: i) o estatuto do sujeito que fala – o foco incrusta no *status* do sujeito, do direito que o legitima a ter seu discurso legitimado; ii) lugares institucionais – são tais lugares que levam o sujeito a encontrar subsídio responsável por credibilizar um dado discurso; iii) as posições de sujeito – vale observar a dispersão dessas posições nas descontinuidades dos planos de fala. De acordo com Sargentini (2019, p. 41), as modalidades enunciativas “[...] levam a considerar que há diferentes práticas discursivas que [...] expõem diversas posições daqueles que enunciam em diferentes lugares que ocupam”.

As teorizações expressas nos parágrafos precedentes incluem-se na fase arqueológica do projeto teórico de Foucault. Passemos agora a articulá-las com as reflexões da genealogia. Nessa conexão, convém ponderar que o saber, compreendido como aquilo que pode ser dito num interior de uma prática discursiva, com as relações de poder. Nas palavras de Foucault (1999, p. 27), “o poder produz saber [...] que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo do saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. A analítica do poder em Foucault afasta-se das perspectivas contratualistas do século XVIII, com a concepção marxista que considera o poder como direito, mercadoria, objeto de classe e sinônimo de violência, ou algo exageradamente negativo alinhado às ideias de repressão, ideologia e alienação (CALOMENI, 2018). Dessa feita, o poder nas teorizações foucaultianas é entendido como relações que atravessam todo o corpo social, porquanto são capilares, cambiantes e micropolíticas. Para Foucault (1995), inspirado em Nietzsche, não há o poder em si, localizável e do qual se pode desfrutar, mas existem relações de poder que atuam sobre ações do sujeito. Ainda segundo o autor, o poder sempre é exercido em espaços de liberdade, permitindo a possibilidade de fuga, de dispersão e de resistência.

Ao averiguar a mecânica do poder do final do século XVIII, Foucault (2007) problematiza transformações pontuais nas configurações do poder, correlacionando-o com o seu objeto de intervenção. De modo mais específico, o autor investiga uma passagem de um poder que tinha como foco de ancoragem o direito de causar a morte e



deixar viver, assinalado pelo poder soberano com seu aparato sanguinário e espetacularizado (FOUCAULT, 1999), para um poder cujo alvo é a vida, o bem-estar e o controle populacional marcado pelo direito de fazer viver e deixar morrer. Para isso, entram em jogo duas modalidades de poder: as disciplinas que atuam sobre o corpo individual, por meio de instrumentos e táticas, as quais objetivam tornar esse corpo produtivo e útil para a maquinaria capitalista, e o biopoder, tecnologia de poder marcada pelo governo do corpo espécie, dos mecanismos biológicos de controle das populações, considerando, por exemplo, as taxas de natalidade e de mortalidade, a circulação de pessoas, a segurança da população e demais índices emoldurados pelo saber da estatística e da demografia. Na voz de Foucault (2005, p. 302), “[...] estamos num poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida, se vocês preferirem da vida em geral, com o pólo do corpo, e o pólo da população”. O autor assinala que a disciplina centra-se no corpo máquina, sendo individualizante e se define como uma anátomo-política do corpo, enquanto a biopolítica incide sobre o corpo espécie num processo de estatização dos processos biológicos.

Essas tecnologias de poder tornam-se mais fluidas na chamada sociedade de controle de que fala Deleuze (2006). Segundo esse filósofo, a contemporaneidade é assinalada por mutações que a distinguem das disciplinas, conforme postuladas por Foucault. O capitalismo industrial fornece espaço ao capitalismo financeiro, o *marketing* ocupa um lugar de destaque na sociedade, o modelo empresarial entroniza em diversas instâncias como a fábrica, a escola e o hospital. O confinamento da tecnologia disciplinar é substituído pelas tecnologias de informação e de comunicação, as quais tornam os efeitos do biopoder mais sutis, leves e, por isso, mais eficazes, produzindo comportamentos que o propagam e reclamam por técnicas mais eficientes em garantir a vida (SOUSA, 2012). A lógica empresarial busca tornar os sujeitos administradores de si mesmos, por meio de um culto à performance e do apelo à competição. De acordo com Ehrenberg (2010, p. 11), “[...] a democratização do aparecer não está mais limitada ao confortável consumo da vida privada: ela invadiu a vida pública sob o viés de uma performance que impulsiona cada um a se singularizar, tornando-se si mesmo”.

Esses modos de singularização podem ser cotejados com as diferentes discussões suscitadas por Foucault acerca dos modos de subjetivação, ou seja, como os diversos modos por meio dos quais os sujeitos são levados a exercerem um trabalho sobre si mesmos. Nos últimos volumes da História da Sexualidade, as teorizações

foucaultianas visitam os gregos e filósofos dos primeiros anos da era cristã, com o intuito de problematizar a moral que norteava as práticas sexuais e as possibilidades de construção de si que fossem além do binômio proibido/permitido dos moldes atuais. Com isso, de acordo com Foucault (1998, p. 10), para compreender de que modo o indivíduo moderno podia fazer a experiência dele mesmo enquanto sujeito da sexualidade, “seria indispensável distinguir previamente a maneira pela qual, durante séculos, o homem ocidental fora levado a se reconhecer como sujeito do desejo”. Nessa empreitada, o autor mergulha numa miríade de tratados filosóficos, de cartas e toda sorte de documentos que deixam entrever toda uma ética e estética de si, a partir de técnicas, como a leitura, a escrita, a confissão, o conhecimento de si, cuidado consigo mesmo, o governo de si e experiência de si. Segundo Foucault (2006, p. 590), o mundo é reconhecido como “sendo aquilo através do que fazemos a experiência de nós mesmos, aquilo através do que nos conhecemos, nos descobrimos, nos revelamos a nós mesmos”.

Cabe sublinhar, consoante nos informa Silveira (2019), que, através dos textos de Platão, Aristóteles e Xenofonte e as relações consigo mesmo implicadas nesses textos, é possível aventar relações agonísticas constitutivas conjugadas aos valores da temperança e do domínio de si no exercício da sexualidade. Disso deriva uma ética do cuidado de si, por meio do qual “as relações políticas são estabelecidas, uma vez que a relação de si interfere diretamente na relação com a alteridade” (SILVEIRA, 2019, p. 65). Nesse sentido, ao examinarmos os testemunhos de mulheres vítimas de relacionamentos abusivos, é imprescindível averiguar como as relações políticas são constituídas, tendo em vista que tais sujeitos podem enunciar a partir de condições de históricas de possibilidade e práticas discursivas específicas. *O pessoal é político*, slogan do movimento feminista representa uma condição histórica para a emergência de discursos testemunhais e autobiográficos de mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica, de modo a desmitificar a cristalização de discursos segundo os quais era preciso resguardar o que acontece no interior dos relacionamentos heterossexuais, principalmente. Ainda que muitas mulheres não se autodenominem como feministas, é importante considerar que, como uma prática discursiva, o feminismo comporta uma diversidade de posicionamentos e de vertentes; além do “peso dos estereótipos negativo do feminismo sobre a vida das militantes e todas as mulheres que se identificaram e se identificam com feministas” (MELLO, 2019, p. 11), de maneira que a irrupção dos depoimentos massivos de mulheres são produzidos e

reconhecidos como legítimos a partir das fissuras provocadas pelos diversos feminismos na cultura e na história.

Aliada as essas inflexões dos feminismos, podemos destacar, na perspectiva de Souza (2018), o discurso terapêutico como responsável por alterar profundamente o regime amoroso na cultura ocidental. A autora sustenta a ideia de que “cada vez mais as relações contemporâneas são marcadas pela obrigação de cada indivíduo em afirmar sua autonomia individual” (SOUZA, 2018, p. 16). Noutros termos, o sujeito precisa assumir a sua singularidade e atender ao desejo do outro, de maneira a conquistar certo desempenho, performance e êxito no interior dessas relações. Em razão de condições sociotécnicas como as redes sociais digitais, os sujeitos encontram cada vez mais espaço para mostrar-se, exibindo, de modo vertiginoso, seus amores e dores na *web*.

## 2. Relacionamento abusivo em discurso: biopolítica e subjetividade

A primeira materialidade sobre a qual lançamos nosso gesto de análise constitui uma matéria publicada no *site* da revista Capricho, periódico voltado ao público adolescente. A matéria é assinada por Paula Neiman, jovem jornalista gaúcha, e adota um tom, por assim dizer, professoral no tratamento da temática, de maneira a interpelar o sujeito leitor para, juntos, encontrarem respostas para o seguinte questionamento: *como identificar um relacionamento abusivo?*

Oi, galera! Tudo certo? Aqui é a Paula Neiman. Para você que quer ter uma relação feliz, hoje vamos conversar sobre relacionamento abusivo. Decidi falar sobre esse assunto porque é preciso. Quando alguém fala sobre isso é porque já passou pela experiência e a frase sempre dita é: “se alguém tivesse me contato [sic], eu não teria deixado tudo isso acontecer!”.

As próximas linhas são baseadas em relatos de mulheres que passaram por isso e servem como alerta para que você consiga identificar relacionamentos saudáveis. [...] Sempre lembrando que essas situações podem ocorrer independentemente de gênero e idade. Relacionamentos abusivos deixam marcas para a vida toda, tornam as pessoas mais desconfiadas, mais tristes, com medo e, muitas vezes, com o sentimento de impotência por não conseguir sair da relação. (NEUMAN, 2019, s.p.)

É relevante observar como o objeto de discurso relacionamento abusivo é configurado por meio de uma superfície de emergência no esteio da prática discursiva do jornalismo (“decidi falar sobre esse assunto porque é preciso”), de modo a exhibir a

premência com que a questão necessita ser tratada. Esse objeto de discurso é produzido a partir do estatuto do sujeito que fala, ou seja, alguém que já passou por uma experiência semelhante e, em função disso, o dizer é credibilizado, fazendo-nos observar a formação das modalidades enunciativas, conforme preconizadas por Foucault (2010). Esse sujeito, conforme enunciado acima, teria o poder de evitar possíveis problemas, pois seu saber da experiência seria articulado a relações de poder que poderiam finalizar um relacionamento abusivo. O caráter assertivo das afirmações na materialidade discursiva em análise “relacionamentos abusivos deixam marcas para a vida toda”, “não é preciso passar por todas as circunstâncias ruins da vida para evitá-las ou aprender com elas” denota uma função enunciativa que informa acerca da importância da temática e, ao mesmo, tempo orienta como as adolescentes devem lidar com a questão, de modo a produzir subjetividades vigilantes na consecução dos relacionamentos amorosos. Pela via da informação, a enunciadora demonstra os efeitos danosos do relacionamento abusivo “tornam as pessoas mais desconfiadas, mas tristes, com medo” e a dificuldade de por fim a essa relação “impotência por não conseguir sair da relação”, de maneira a mostrar o funcionamento de relações de poder que dificultam o exercício de uma reciprocidade saudável.

Dando prosseguimento, a materialidade discursiva mostra o desenrolar de um relacionamento abusivo, escandindo suas características e o modo como se constitui: “Tudo começa bem, como qualquer outro relacionamento, saudável, com muito carinho e amor” (NEUMAN, 2019, s.p.). Nessa perspectiva, o dizer orienta a adolescente a observar o desenvolvimento das relações amorosas e encontrar qual seria o elemento definidor de um relacionamento abusivo. Em termos foucaultianos, podemos radiografar qual sistema de diferenciação permite-nos pensar numa oposição do objeto de discurso relacionamento abusivo com o seu antípoda, o relacionamento saudável. Segundo a matéria, “[...] com o tempo, as coisas mudam. Aos poucos, você percebe atitudes agressivas da pessoa com terceiros e até consigo mesma” (NEUMAN, 2019, s.p.). Vemos, pois, que é preciso criar mecanismos de verificação do comportamento do parceiro para certificar se há alguma mudança brusca a qual poderá apontar para um quadro de abusos frequentes e as estratégias utilizadas por ele para minimizar o efeito dessas agressões: “Mas ele chora e diz: ‘você me tira do sério! [...] só sei te amar, mas suas atitudes me fazem perder a cabeça. Prometo que isso não vai mais acontecer’. No fundo, você o ama e faz isso acreditar em suas lágrimas e palavras”. (NEUMAN, 2019, s.p.). O uso do discurso direto pela voz que enuncia constrói um efeito interessante,

pois imputa o dizer a outro, cujo enunciado genérico parece demonstrativo na tarefa de apontar as estratégias empregadas pelo parceiro agressor de interpor à mulher as atitudes grosserias e a interpelação da sujeita leitora a aproxima do enunciado da materialidade, tornando-a cúmplice e amiga.

O martírio do relacionamento abusivo é dado continuidade: “Sua família tenta te alertar dizendo que você não foi criada para ser tão maltratada, mas você pensa é sua, que a mudança tem que ser em você e não nele” (NEIMAN, 2019, s.p). Nesse momento, conforme a voz que enuncia, o relacionamento abusivo já é visível para terceiros e a adolescente sente-se enredada numa trama da qual não consegue sair. Seguidamente, a matéria afirma: “as atitudes agressivas e os ataques psicológicos e físicos são recompensados no outro dia com flores e carinho, e dentro de você mora uma esperança de que tudo vai mudar. Mas não vai” (NEIMAN, 2019, s.p). O tom imperativo adotado na matéria reitera o caráter urgente da situação e aponta para um alerta a ser seguido pela adolescente: não se deixar enganar atitudes que buscam amenizar as agressões sofridas.

Por fim, a posição enunciativa esclarece: “[...] Se você se identificou com tudo isso, talvez você esteja vivenciando um relacionamento abusivo. E você pode se libertar dele [...] Nada que faça você se sentir culpada, triste ou presa é saudável” (NEIMAN, 2019, s.p). Podemos observar que a materialidade repetível da matéria se configura como uma espécie de teste por meio do qual a adolescente poderá aferir se, de fato, encontra-se num relacionamento abusivo, mediante os sinais apontados. Além de explicitar essas especificidades, a posição que enuncia também reforça a necessidade de a adolescente pôr fim a essa relação danosa, através do esclarecimento e da orientação. Tem-se, nessa produção discursiva, o funcionamento de estratégias biopolíticas, as quais estão a serviço da saúde e do bem-estar da adolescente, pois esta vivencia uma fase de desenvolvimento do comportamento e da personalidade e, por isso, carece de uma orientação. A revista *Capricho*, portanto, configura-se como um dispositivo pedagógico, nos termos de Fischer (2012), na medida em que busca gerenciar atitudes e comportamentos por meio de um ensinamento e de um aconselhamento.

A segunda materialidade a ser analisada constitui uma cartilha, elaborada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), para a campanha intitulada #NamoroLegal<sup>3</sup>, lançada em 2019, cujo objetivo é combater o relacionamento abusivo

---

<sup>3</sup> O uso das *hashtags* evidencia que a campanha foi marcada pela inserção no espaço da rede digital, em consonância com a predominância dessa mídia na contemporaneidade, especialmente entre os jovens.

entre mulheres jovens<sup>4</sup>. O fato de a iniciativa partir de um órgão estatal mostra-nos, desde já, como a problemática dos relacionamentos abusivos foi capitalizada pelas instâncias de governo. A ideia da cartilha, partindo de um domínio associado, comporta a existência de uma relação de ensino e aprendizagem. Desse modo, assim como na materialidade anterior, vislumbra-se o efeito pedagógico do dizer, pois se torna premente pedagogizar as condutas e as subjetividades por meio de um processo normalizador. Na apresentação da cartilha, assinada pela Promotora de Justiça Valéria Scarance, temos: “Você já deve ter ouvido falar em relacionamento abusivo. Mas, na vida real, às vezes não é tão fácil saber se você está em um relacionamento assim. Difícil mesmo é saber como e quando agir para impor limites”. (SCARANCE, 2019, s.p.). O fragmento nos deixa notar que o sujeito enunciativa parte de um saber socialmente compartilhado para, todavia, tratá-lo de maneira mais pormenorizada, pois supõe que, por mais discutido que seja, é preciso esclarecer o relacionamento abusivo através de uma cartilha, definida do seguinte modo: “Para te ajudar, criamos a Cartilha Namoro Legal com dicas simples e práticas sobre relacionamentos. Nela, você vai descobrir como identificar comportamentos abusivos e o que fazer quando o controle dominou a relação” (SCARANCE, 2019, s.p.). A cartilha cria um saber-fazer por meio do qual as jovens poderão destituir-se de relacionamentos abusivos, em virtude de um material cuja aplicabilidade é oportuna.

Nesse intento, a cartilha é constituída por dicas que partem de situações comuns vivenciadas nos relacionamentos e que podem atestar a existência de relacionamentos abusivos. Segundo Nascimento e Cordeiro (2011), embora a relação abusiva entre namorados tenha semelhança com a violência entre os cônjuges, há algumas particularidades atinentes ao fato de se tratar de uma relação mais fluida, menos compromissada e com uma tímida cobrança social. Por outro lado, isso não garante a ausência de abusos. Para preveni-los, as dicas da campanha #NamoroLegal apresentam termos empregados no linguajar adolescente *crush*, adotando, pois, um nível de linguagem que oscila entre o formal e um registro mais espontâneo. Atentemos para a Dica 3, denominada de “O código da boa namorada”.

Você já ouviu falar do “Código da Boa Namorada”? Nunca? É porque ele não existe. Não existe essa de “namorada ideal”. No namoro, você não é obrigada a seguir uma lista de comportamentos permitidos ou proibidos para garotas. Muito menos, impostos por crush. Você já

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/NamoroLegal.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

sabe que a mulher de hoje não é uma princesinha frágil que precisa de alguém para ser feliz? Ela é uma guerreira que reconhece seu valor. Os garotos também não são heróis, mas parceiros. Crush é parte da sua vida, mas não é “a sua vida”.

Bora namorar sem estresse, então? Mas como fazer isso? AÍ VÃO ALGUMAS DICAS!

Não troque de roupas por ninguém: você tem seu próprio estilo. Não deixe de frequentar lugares em razão do namoro: você define seus limites. Não coloque seu amor em um pedestal: o namoro faz parte de sua vida, mas não é a sua vida. [...] Não permita que te trate como boba: isso é estratégia, você é inteligente. Não permita que te interrompa o tempo todo: você tem voz! Não aceite piadinhas ofensivas: você tem valor. (MPSP, 2019, s.p).

Uma regularidade discursiva flagrada na constituição enunciativa da cartilha diz respeito ao fato de partir do pressuposto de que a leitora já sabe sobre “relacionamento abusivo”, já ouviu falar “sobre código da boa namorada e conhece que a mulher de hoje não é uma princesinha frágil”, embora neste último haja uma interrogação retórica. Isso constitui uma estratégia discursiva que visa aproximar a leitora e, ao mesmo tempo, esclarecer que ela pode aprender um pouco mais com a cartilha. Ou seja, embora as jovens estejam informadas sobre certas práticas sociais, elas necessitam conhecer outras nuances as quais podem ser definidores na identificação de possíveis abusos. Voltando à materialidade, vemos que a desconstrução do “código da boa namorada”, moral responsável pela subserviência feminina ao seu parceiro “lista de comportamentos permitidos ou proibidos”, denota um efeito de resistência a relações de poder culturalmente assentadas. Se considerarmos que os relacionamentos abusivos encontram pilar de sustentação em práticas e regras que inserem a mulher numa posição de inferioridade, a paulatina descaracterização de tais conceitos constitui uma estratégia de poder que busca prevenir os abusos antes que aconteçam. Por meio do acúmulo (FOUCAULT, 2010), rastreiam-se enunciados que historicamente constroem a mulher como um ser frágil, indefeso e carente de proteção masculina.

Para se contrapor a esses enunciados anteriores, pela via do domínio associado, a cartilha expressa a construção de “uma jovem guerreira que reconhece seu valor que os garotos são parceiro e o crush não é sua vida”. Aqui vemos emergir um discurso de emancipação feminina responsável pela saída da mulher de um estado de menoridade que a faria permanecer num relacionamento abusivo e o uso das dicas pautam-se nesse discurso. A presença iterativa das negativas na constituição das dicas exprime o distanciamento de comportamentos geradores de dependência emocional, violência psicológica e controle excessivo por parte do parceiro. Tal construção configura-se

como uma estratégia biopolítica, uma vez que se propõe a garantir o bem-estar da jovem no interior das relações amorosas, apostando na liberdade de escolhas, em relação à vestimenta e aos lugares que possa frequentar e na busca pela autonomia, implicando, assim, a constituição de um sujeito responsável pelo gerenciamento de si “você tem voz”, “você é inteligente”, conforme enfatiza Deleuze (2006).

A última materialidade a ser analisada é formada por dois comentários publicados no perfil da revista Tpm no *Instagram*. A postagem, publicada em 03 de março de 2020, contém uma interrogação que incita as internautas a detalharem experiências com relacionamentos abusivos e um pedido para que isso ocorra. Até o momento de coleta, abril de 2020, havia mil e trezentas curtidas e cento e vinte e nove comentários na aludida publicação. Eis a postagem: “Você já se percebeu em um relacionamento abusivo? Conte nos comentários”. (TPM, 2020, s.p.). Importante considerar como a revista, endereçada ao público feminino, cria um mecanismo de obtenção de discursos testemunhais a respeito do relacionamento abusivo, tendo em vista como as redes sociais digitais estimulam o falar de si, a narrativa de si mesmo e, com isso, delimita o referencial dos enunciados dos comentários, pois estabelece as leis da existência da função enunciativa. Do total de comentários existentes, analisemos dois deles, abaixo discriminados, produzidos por duas mulheres cuja identidade não será revelada.

Comentário 1: Vivi [...] por 1 ano e 2 meses. Os sinais estavam na minha cara o tempo todo, mas eu sempre arrumava uma desculpa para entender o motivo que o levava a agir dessa ou daquela forma. Eu sacava que tinha algo errado, mas não seguia minha intuição. Ele chegou a dizer que nos relacionamentos tem sempre alguém que "domina" e que no nosso caso era ele. Eram brigas constantes, ele perdia a cabeça por tudo, gritava, vivia estressado [...].

Comentário 2: Eu vivi 9 anos em um relacionamento abusivo, consegui terminar tem 7 meses, mas colocar um ponto final mesmo faz 1 mês! Sabe hj me sinto livre e posso ver claramente tudo que vivi, mas as amarras me deixaram marcas profundas! [...] Muitas vezes eh só queria dormir e acordar qnd tudo tivesse passado de fato, mas sei que é necessário que eu viva esse período de desintoxicação!

Um primeiro aspecto a ser considerado nos comentários refere-se ao marco temporal de duração dos relacionamentos abusivos. Isso é sintomático, pois, num domínio associado, essa exatidão temporal é largamente empregada para aludir a períodos de intenso sofrimento, em que um dado indivíduo se viu desnordeado, seja, por



exemplo, pelo consumo de álcool e/ou entorpecentes. Dessa maneira, os modos de enunciar a respeito dos relacionamentos abusivos assemelham-se a outros enunciados produzidos num quadro de recuperação de eventos traumáticos. Ao mesmo tempo, essa marcação faz-se relevante para aferir a autenticidade dos dizeres produzidos, porque as sujeitas enunciantoras vivenciaram situações-limite durante uma temporalidade que se torna maior do ponto de vista da duração do sofrimento e, em função disso, ocorre a formação das modalidades enunciativas, haja vista que tais mulheres são dotadas de um estatuto que as legitima a enunciar e ser reconhecido como produtora de um discurso verdadeiro. Conforme o primeiro comentário, ainda que os sinais estivessem aparentes, ela encontrava subterfúgio nas desculpas criadas para justificar as atitudes abusivas, materializadas em brigas constantes, devido ao comportamento explosivo do parceiro. No segundo comentário, há o efeito terapêutico que permite à sujeita olhar com certo distanciamento para o sofrimento do relacionamento abusivo e, através dessa atitude, buscar uma cura por meio de “um processo de desintoxicação”.

Nesses comentários, é possível entrever que a sujeita exerce um trabalho sobre si mesmo, um exercício o qual os possibilita transformar-se, já que conseguem sair de uma relação danosa e aceder ao *status* de um sujeito feliz e satisfeito consigo mesmo. Conforme Foucault (2006, p. 590), ao analisar as mutações das técnicas de si da Antiguidade, “[...] Penso que o fato de o mundo, este bíos, tenha se tornado esta experiência pela qual nos conhecemos e este exercício pelo qual nos transformamos ou nos salvamos [...]”. É justamente nessa direção argumentativa de que fala o autor francês que gostaríamos de situar os testemunhos das mulheres que vivenciaram experiências de relacionamentos abusivos. Isso porque, a partir da narração de tais experiências, as mulheres encetam um processo de transformação de si mesmo que serve de parâmetro para que demais mulheres façam o mesmo. Daí mais uma vez averiguamos a atuação das biopolíticas, porquanto a sujeita é instado a narrar os conflitos advindos dos relacionamentos abusivos, em função de dispositivos alinhados ao biopoder, como as mídias e, ao fazê-lo, produz um dizer terapêutico que pode incentivar outras mulheres a se adequarem à norma e fazer funcionar o circuito da gestão da vida.

## Conclusão

Ao refletirmos sobre as condições de possibilidade responsáveis pela efervescência de discursos sobre o relacionamento abusivo, podemos observar que ocorre uma triangulação entre os desdobramentos do movimento feminista na sua multiplicidade que, de modo direto ou tácito, prepararam terreno para os discursos sobre a independência da mulher e, a partir disso, a libertação de relações nocivas, a cultura terapêutica contemporânea que, cada vez mais, incita as sujeitas a produzirem discursos sobre si mesmo, de modo a tratar os sofrimentos de maneira mais franca e visível, além dos artefatos das mídias digitais os quais incitam os sujeitos a falarem sobre si mesmo e mostrarem-se aos demais. Tudo isso converge para a irrupção de discursos testemunhais, vindos à tona por mulheres que passaram pela experiência de relacionamentos abusivos. Ao enunciarem, tais mulheres vivenciam os dissabores dessas relações, germinando um saber sobre elas, e sinalizando para a necessidade de exercerem um trabalho sobre si e sobre o outro, de modo a serem exemplos para outras mulheres. Entrecortando os enunciados sobre o relacionamento abusivo, compreendemos o funcionamento de relações de poder, por meio de estratégias bioplíticas, responsáveis por gerir a vida e o bem-estar de mulheres que precisam examinar traços definidores de relacionamentos abusivos e deles se livrar. Para encapsular as reflexões aqui expostas, mais um comentário do *Instagram*: “Nãaaaao, eu não sou uma louca, nãaaaao, eu não sou um lixo, não sou a ingrata que reclama quando tudo já está insuportável demais pra mim”.

## REFERÊNCIAS

- BERNARDI, T. **Depois a louca sou eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CALOMENI, T. O ronco surdo da batalha: poder disciplinar e biopolítica. In: RESENDE, H. (Org.). **Michel Foucault: o ronco surdo da batalha**. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 215-239.
- DELEUZE, G. Pós-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, p. 219-226, 2006.
- EHRENBERG, A. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Aparecida, SP: Ideias & Letras. 2010.
- FISCHER, R. M. B. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. 8. ed. Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal Edições, 1998.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Emartina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. **Hermenêutica do sujeito**. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Trad. Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal Edições, 2007.
- FOUCAULT, M. O que são as luzes? In: FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 335-351.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- GREGOLIN, M. R. **Pêcheux e Foucault na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. 3. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.
- MELO, S. C. Claudia nas décadas de 1970-1980. Feminismo, antifeminismo e a superação de um suposto passado radical, **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n.2, p. 1-11, 2019.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cartilha #Namorolegal**. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/NamoroLegal.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- NASCIMENTO, F. S.; CORDEIRO, R. L. M. Violência no namoro para jovens moradores de Recife, **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v.23, n.2, p. 516-525, set/dez. 2011.
- NEIMAN, P. *Blog da galera: como identificar um relacionamento abusivo?*, **Capricho**, 2019. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/blog-da-galera-como-identificar-um-relacionamento-abusivo/>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- REVISTA TPM. **Você já se percebeu num relacionamento abusivo?** São Paulo (São Paulo). 3 de março de 2020. *Instagram*: <https://www.instagram.com/revistatpm/>. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9SiFtVjU5v/>. Acesso em: 11 abr. 2020.
- SANTOS, A. S. **Discurso, moralidade e experiência amorosa: narrativas sobre relacionamentos abusivos e a produção de subjetividade contemporânea**. 2018. 117 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2018.
- SARGENTINI, V. M. O. Há em Foucault um gesto inaugural nos estudos do discurso? **Heterotópica**, Uberlândia, v.1, n.1, p. 34-47, jun./2019.

SCARANCE, V. Apresentação. *In*: MPESP. **Cartilha #NamoroLegal**. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/NamoroLegal.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SOUSA, K. M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In TASSO, I.; NAVARRO, P. (Orgs.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012. pp. 41-55.

SILVEIRA, F. C. Formação, alcance e embaraços da arqueologia do saber: a política das relações nas condições históricas de possibilidade, **Cadernos de ética e filosofia política**, São Paulo, v.2, n. 35, p. 56-69, 2019.